4.2. A Sociedade Civil será representada no Conselho Estadual de Assistência Social através de:

- a) 03 (três) vagas para os representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93);
- b) 03 (três) para os representantes dos usuários ou de Organizações de usuários;
- c) 03 (três) para os representantes dos trabalhadores e profissionais da área de Assistência Social.

4.3. É vedado concorrer a mais de uma vaga na mesma categoria ou a vagas de categorias diversas.

4.4. Entende-se por Entidades ou Organizações:

- a) **de assistência social** – as que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742/93, bem como as que atuam no assessoramento e na defesa e garantia de direitos da população excluída;
- b) **de usuários** – os representantes dos destinatários ou população alvo da política de Assistência Social, conforme definido no artigo 2º da Lei nº 8.742/93;
- c) **de representantes dos trabalhadores e profissionais do setor** – os que congregam profissionais e trabalhadores da área de Assistência Social, conforme definido no art. 2º da Lei nº 8.742/93.

4.6. Caberá à Junta Eleitoral decidir sobre os pedidos de registro de candidaturas.

Seção 5 – DAS ELEIÇÕES

5.1. As eleições acontecerão dia 30/11/2007, na Casa dos Conselhos, localizada na Av. Pinel, bairro Cabral, no horário das 8h às 12h, perante a Comissão Receptora e Apuradora, que será composta pelo Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, que a presidirá, por dois membros representantes governamentais e dois membros representantes da Sociedade Civil.

5.2. A Eleição processar-se-á em assembléia geral das entidades habilitadas.

5.3. Cada entidade eleitoral terá o direito de três votos, sendo um voto para cada categoria de vaga a ser preenchida.

5.4. Os votos serão dados pelo representante legal da entidade ou pelo seu procurador, indicado na fase de habilitação, vedada à representação de mais de uma entidade pelo mesmo procurador, ou mais de um procurador para a mesma entidade.

5.5. A votação será secreta, em cédula de papel, e os votos serão depositados em uma urna inviolável; perante a Comissão receptora e apuradora.

5.6. Terminada a votação, passar-se-á imediatamente à apuração dos votos pela própria Comissão.

5.7. A Comissão Receptora e Apuradora decidirá de plano a impugnação contra a votação e a apuração que deverá ser a ela própria dirigida, sendo rejeitada, caberá recursos para a junta Eleitoral, que deverá ser interposto, imediatamente, no momento da decisão da Comissão.

5.8. Não se admitirá recursos da votação e da apuração sem prévia impugnação.

5.9. Aos Candidatos é lícito fiscalizar ou indicar um fiscal durante a votação e a apuração, podendo também oferecer impugnação e recursos.

5.10. O Ministério Público Estadual será convocado por ofício, sendo-lhe facultado fiscalizar todo o processo eleitoral, interpondo os recursos e impugnações constantes deste edital.

5.11. Serão considerados como eleitos:

- a) como titulares, as três entidades candidatas mais votadas em cada categoria de representação;
- b) como suplentes, as três entidades candidatas que ficarão respectivamente em quarto, quinto e sexto lugar, de acordo com as representações eleitas;

5.12. Em caso de empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- a) a data de registro da entidade no CEAS;
- b) a data de fundação da entidade, conforme seus atos constitutivos.

5.13. Terminadas a votação e a apuração, lavrar-se-á ata com o resultado da eleição, que será encaminhada à Junta Eleitoral a quem caberá proclamar os eleitos até o dia 07/12/2007 e informar ao Governador a relação dos eleitos e suplentes para fins de nomeação.

5.14. As entidades eleitas indicarão ao CEAS, até o dia 10/12/2007, os seus representantes no Conselho.

5.15. Os eleitos tomarão posse, coletivamente, perante o Governador do Estado do Piauí.

5.16. As Competências da Comissão de Habilitação e da Comissão Receptora e Apuradora cessam com o fim das respectivas fases e da Junta Eleitoral cessa com a promulgação dos eleitos.

CAPÍTULO II – DA RENOVAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

6.1. Os órgãos governamentais que compõem este Conselho, que não regularizarem as indicações de seus representantes, terão até dia 10/12/2007 para oficializar suas representações, titular e suplente, junto à Comissão Eleitoral.

Capítulo III – DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO

7.1. Após a posse dos novos membros para o mandato 2007-2009, será realizado no dia 12/12/2007, em sessão ordinária do CEAS, as eleições para composição da sua diretoria.

7.2. O presente edital será publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento de todos os interessados, como a norma que rege o pleito que trata da eleição das entidades que representarão a sociedade civil no CEAS/PI.

7.3. Os casos omissos que representem situações não previstas no presente edital, serão dirimidos pela Diretoria do CEAS/PI.

E, para ampla divulgação e conhecimento de todos os interessados, o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial dos Municípios e afixado nas áreas de circulação do CEAS, instâncias de pactuação e órgãos gestores.

Teresina, 26 de Setembro de 2007.

ALFREDO ALBERTO LEAL NUNES
PRESIDENTE DO CEAS - PI

(OBS.: REPUBLICADO POR INCORREÇÕES)

OF. 1954

COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE - CIB/PIAUI
 CRIADA PELO DECRETO LEI 10.119 DE 13 DE AGOSTO DE 1999
 GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI

RESOLUÇÃO Nº 007/2007

O Plenário da Comissão Intergestora Bipartite – CIB/PI, em **Reunião Ordinária** realizada no dia **11/09/2007** no uso de suas atribuições e competências, de acordo com as exigências da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2005.

RESOLVE:

Artigo 1º - Pactuar a Habilitação a Gestão Básica da Assistência Social o município de Paes Landim;

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 11 de setembro de 2007.

ADRIANA LIMA BARROS
 Coordenadora da CIB/PI

VERÔNICA DANDA VASCONCELOS SANTOS
 COEGEMAS
OF. 1914